

 Voltar ao site: <http://www.greenplan.pt>

Licenciamento Ambiental

A **Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)** veio trazer uma nova perspectiva às tradicionais estratégias sectoriais de combate à poluição, vindo reconhecer que a abordagem integrada no controlo da poluição favorece a protecção do ambiente no seu todo.

Na União Europeia, a publicação da Directiva nº 96/61/CE, do Conselho, de 24 de Setembro, relativa à PCIP (revogada pela Directiva nº 2008/1/CE de 15 de Janeiro), marcou o início da concretização da nova política. Estão abrangidas pelo cumprimento da Directiva certas actividades económicas a que está potencialmente associada uma poluição que se considera significativa e que é definida de acordo com a natureza e/ou a capacidade de produção das instalações. O funcionamento das instalações onde se desenvolvem actividades PCIP está condicionado à obtenção de uma **Licença Ambiental**.

A Agência Portuguesa do Ambiente é a autoridade competente para a Licença Ambiental.

O princípio da licença ambiental foi consagrado em Portugal pelo Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto, entretanto revogado pelo Decreto-Lei nº 173/2008, de 26 de Agosto (Diploma PCIP), encontrando-se no anexo I deste diploma as actividades abrangidas.

Deste modo, para as instalações cujas actividades a licenciar se encontrem abrangidas pelo referido regime, aconselha-se consulta prévia à respectiva Entidade Coordenadora (EC) para mais informações acerca do procedimento a realizar.

Relativamente às instalações de actividades pecuárias abrangidas pelo Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 de Novembro (alterado pelos Decretos-Lei nº 316/2009, de 29 de Outubro e nº 78/2010, de 25 de Junho) que estabelece o regime de exercício da actividade pecuária, aconselha-se a consulta dos documentos e demais informação disponibilizada na página electrónica do Gabinete de Planeamento e Políticas (<http://www.gpp.pt/RegActividade>).

Documentos importantes

Directiva nº 96/61/CE
Directiva 2008/1/CE
Portaria nº 1047/2001 de 1 de Setembro
Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto
Decreto-Lei nº 173/2008, de 26 de Agosto (Diploma PCIP)
Apresentação Novo Diploma PCIP (27.10.2008)
Decreto-Lei nº 209/2008, de 29 de Outubro (Diploma REAI)
Decreto-Lei nº 214/2008, de 10 Novembro (Diploma REAP)
Decreto-Lei nº 316/2009, 29 de Outubro (1ª alteração ao Decreto-Lei nº 214/2008)
Decreto-Lei nº 78/2010, de 25 de Junho (2ª alteração ao Decreto-Lei nº 214/2008)

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

 Voltar ao site: <http://www.greenplan.pt>